

# Sarney diz que Carta custará Cz\$ 1 trilhão

19 JUL 1986

BRASÍLIA — O presidente José Sarney determinou aos ministros da área econômica que calculem quanto a futura Constituição vai custar ao país, se forem mantidos alguns artigos aprovados no primeiro turno de votação. De acordo com cálculos iniciais, efetuados durante reunião de três horas no Palácio da Alvorada, os gastos seriam de cerca de Cz\$ 1 trilhão. "Este será o preço do conjunto de vantagens que foram aprovadas", estimou o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha. Esses números significam US\$ 4,87 bilhões, ou 3,89% da dívida externa brasileira.

Esses cálculos não incluem um dispositivo para o qual o governo só começou a prestar atenção ontem e que, segundo o líder José Lourenço, do PFL, "vai quebrar a Previdência Social". Trata-se do artigo que antecipa a aposentadoria dos trabalhadores rurais de 65 anos para 60 (no caso dos homens) e de 60 anos para 55 (mulheres). Sarney decidiu convocar o ministro da Previdência, Renato Archer, para avaliar a extensão do rombo. "Inicialmente, calculamos que, de um momento para o outro, dois milhões de pessoas pedirão aposentadoria. Isso causaria um impacto tal sobre os recursos da Previdência que ela teria de deixar de pagar os benefícios", disse José Lourenço.

**Incompatibilidade** — Segundo o parlamentar, o governo está preocupado também com outros artigos que, apesar de "curiosos", tornam-se incompatíveis com o país. "Tem um artigo que diz que o trabalho será remunerado igualmente, tanto o trabalho científico, como o braçal e o literário. Enfim, é um artigo que cria uma sociedade sem classes, e me parece que foi copiado da Constituição da Hungria. Esse pessoal está querendo fazer uma Constituição muito avançada", criticou o líder.

Ele também apontou como prejudicial o artigo que aposenta funcionários públicos e oficiais, em função da lei que vigia no tempo em que foram admitidos. "Um militar que ingressou no tempo em que existia a patente de marechal terá que ser aposentado como marechal. Nós vamos ter então milhões de marechais e, no campo civil, isso vai criar um custo insuportável para o país", disse Lourenço.

## Cabral muda, Ulysses defende

□ Ao receber os pareceres do relator Bernardo Cabral sobre as 1 mil 844 emendas ao projeto de Constituição aprovado no primeiro turno, o deputado Ulysses Guimarães aproveitou para fazer elogios rasgados à Constituinte, como se estivesse de novo respondendo às críticas feitas pelo governo: "Cada vez me entusiamo mais com ela, e não é corujice, pois não a considero filha minha. Ela é boa porque para o cidadão é melhor, não é messiânica porque não pretende resolver de uma vez todos os problemas do Brasil, mas a curto e médio prazo resolverá os que são importantes para os necessitados", disse. A votação se reiniciará segunda-feira. A seguir, as principais mudanças propostas pelo relator.

JORNAL DO BRASIL

**Reforma Agrária** — O relator decidiu acatar emendas retirando a propriedade produtiva da relação de terras que não poderão ser desapropriadas. Quer dizer, derrota parcial da União Democrática Ruralista (UDR) que lutou e conseguiu proteger as terras produtivas da desapropriação.



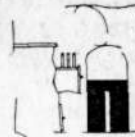
**Turno de 6 horas** — O empresariado conseguiu o que queria apenas pela metade. O interesse deles era pela supressão pura e simples desse turno especial para empresas com jornadas ininterruptas. Cabral concordou apenas com a retirada da expressão "máxima" ao se referir à jornada de 6 horas.



**Paternidade** — Já visando tornar os acordos mais fáceis, pois a direita insistia na supressão dessa licença, o relator concordou em deixar para a lei complementar o prazo da licença, que pelo texto é de oito dias. Mas a licença para os pais foi mantida.



**Habes-data** — Não apenas os brasileiros terão direito a saber o que está registrado sobre si mesmo em bancos de dados públicos ou privados. Acolhendo a supressão da palavra "brasileiro", Cabral ampliou esse direito aos estrangeiros residentes no Brasil. "É justo", comentou.



**Tribunal de Contas** — Pelo texto, os ministros do Tribunal de Contas da União teriam seis anos de mandato, mas o relator acatou a supressão dessa limitação o que, se aprovado, dará outra vez o direito vitalício ao cargo. Segundo ele, a vitaliciedade é moralizante.



**Ordem de prisão** — Na opinião de Cabral, tudo deve ficar como hoje, sem a exigência de ordem do judiciário para que haja uma prisão. Elas poderão ser feitas mediante ordem expedida por "autoridade competente", ou seja, o delegado. Se o plenário aprovar, será uma derrota da esquerda.



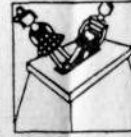
**Empresa nacional** — As multinacionais foram contempladas. O relator retira o privilégio das empresas brasileiras de capital nacional para venda de bens e serviços ao governo. Todas as empresas sediadas aqui terão o direito de concorrer na venda de sua produção ao poder público.



**Juros** — Cabral optou por suprimir a taxa do tabelamento, deixando que a lei complementar defina isso. No entanto, o princípio de que os juros deverão ser tabelados fica no texto. Para Cabral, a taxa não deve constar nem das disposições transitórias.



**Voto aos 18** — Fica a permissão para que o jovem vote, mas Cabral opinou pela retirada do artigo que estabelece a idade de 18 anos para que o cidadão possa ser responsabilizado criminalmente. Essa supressão tem pouco efeito, pois os 18 anos para a responsabilidade criminal estão no Código Penal.



**Anistias** — Ao optar pela rejeição pura e simples das anistias fiscal e dos débitos, Bernardo Cabral fez questão de frisar que apenas repetia o parecer desfavorável dado a essas emendas em janeiro passado, antes do 1º turno. Permanecem as anistias aos militares e aos demitidos das esta-



**Aliança** — O radialista Fernando José e o compositor Gilberto Gil, que, segundo todas as pesquisas de opinião, reúnem a preferência dos eleitores como pretendentes à prefeitura de Salvador, juntaram-se em chapa única pelo PMDB, e delegaram ao prefeito Mário Kertesz o direito de indicar qual deles será o cabeça de chapa e qual o vice. "Nós estamos aí, juntos. A questão agora é do PMDB: é pegar ou largar", avisou Gil. Eles anunciaram a aliança pouco antes de Kertesz embarcar para Brasília.

**Acordo** — O PMDB e o PFL firmaram acordo para concorrer às eleições em Aracaju. O entendimento foi anunciado hoje pelo governador Antônio Carlos Valadares, ao lado do diretor de captação da CEF, José Carlos Teixeira, único candidato do PMDB derrotado em 1986. Segundo Valadares, o acordo significa "a restauração da dignidade política em Aracaju", numa referência ao ex-prefeito Jackson Barreto (PSB), que renunciou ao cargo depois que foi decretada intervenção na prefeitura.

**Negativa** — O ex-governador Hélio Garcia disse que não disputará a sucessão do prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, com quem se encontrou ontem à noite. Garcia admitiu que seu propósito é concorrer à Presidência da República e negou que tenha se encontrado também, à noite, com o governador Newton Cardoso. Ele declarou que se colocou à disposição para encontrar um nome de consenso para se candidatar pelo PMDB, mas disse que não subirá nos palanques para apoiar ninguém.

**Arraes-Newton** — Notrabalho que desenvolve pela unidade do PMDB, de Pernambuco, o governador Miguel Arraes enviou a Belo Horizonte o seu vice Carlos Wilson, para se encontrar com o governador de Minas, Newton Cardoso.

Arraes e Cardoso conversaram por telefone, na semana passada, durante a visita do secretário-geral do PMDB, Milton Reis, ao Palácio do Campo das Princesas, e marcaram uma nova conversa, antes mesmo da reunião dos governadores, que deverá ocorrer até o final da semana, no Rio de Janeiro.

**PT no Sul** — O PT vai lançar dois mil candidatos a vereador em 250 dos 320 municípios do Rio Grande do Sul. Ao divulgar um balanço da organização do partido para as eleições de novembro, o presidente do PT gaúcho, Raul Pont, estimou que o partido elegerá no mínimo 150 vereadores no estado, com chances de eleger os prefeitos de 10 a 15 municípios. O PT concorrerá à prefeitura em 35 municípios.